



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Indígena? Presente! Processos (Inter)culturais de apropriação territorial e (trans)formação identitária indígena em diferentes contextos temporais e espaciais

V 10 | n 19 | jul-dez 2021

Entre capuchinhos, colonos e coronéis: os Kaingang e a demarcação do Toldo do Fachinal – Norte do Rio Grande do Sul (1910-1918)

Alex Antônio Vanin



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

VANIN, Alex Antônio. Entre capuchinhos, colonos e coronéis: os Kaingang e a demarcação do Toldo do Fachinal – Norte do Rio Grande do Sul (1910-1918). Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 124-144, jul-dez 2021. Semestral.

© NAUI

Entre capuchinhos, colonos e coronéis: os Kaingang e a demarcação do Toldo do Fachinal – Norte do Rio Grande do Sul (1910-1918)

Alex Antônio Vanin¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o protagonismo indígena Kaingang em meio ao contexto de reconhecimento e demarcação de seus territórios, reservados pelo Governo Federal, na segunda década do século XX, em específico no Toldo do Fachinal, então município de Lagoa Vermelha, Norte do Rio Grande do Sul. Fazendo uso de relatos de agentes e autoridades públicas envolvidos no processo demarcatório e de missionários da Igreja Católica, visa-se repensar e complexificar o papel atribuído pelos indígenas Kaingang e suas lideranças no estabelecimento de alianças e relações com sujeitos outros, pretendendo refletir acerca dos sentidos do protagonismo nativo, nesse contexto.

Palavras-chave: Kaingang; Cacique Doble; protagonismo; Rio Grande do Sul.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo de análisis el protagonismo indígena Kaingang en el contexto de reconocimiento y demarcación de sus territorios, reservados por el Gobierno Federal, en la segunda década del siglo XX, específicamente en el Toldo do Fachinal, en el municipio de Lagoa Vermelha, región Norte del Rio Grande do Sul. A partir de informes de agentes y autoridades públicas involucradas en el proceso de demarcación y misioneros de la Iglesia Católica, se busca repensar y complejizar el rol asumido por los grupos Kaingang y sus liderazgos en la coyuntura de alianzas y relaciones con sujetos otros, pretendiendo reflexionar sobre los significados del protagonismo indígena en este contexto.

Palabras-clave: Kaingang; Cacique Doble; protagonismo; Rio Grande do Sul.

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). Bolsista PROSUC-CAPES. E-mail: alexvanin@hotmail.com.

Introdução

No início do século XX, uma nova política indigenista passou a ser implementada pelo Estado brasileiro. Após o fim do regime monárquico, com a separação entre Estado e Igreja, a política que regeu, durante o Segundo Reinado, a relação entre o Estado e as populações indígenas do Brasil, o *Regulamento das Missões de Catechese e Civilização dos Índios*, promulgado em 1845, deixou de ser válido devido à decretação da liberdade religiosa e consequente laicização do Estado. Assim, ao abandonar oficialmente a catequese enquanto instrumento de imposição da “civilização” sobre os povos originários do Brasil, as duas primeiras décadas do período republicano acalentaram diversas ideias e posicionamentos acerca de como – e se – o Estado deveria incumbir-se da tarefa de incorporar os indígenas do território brasileiro ao corpo da sociedade civil. Posicionamentos diversos se fizeram notar em debates em sessões da Câmara dos Deputados, como a conformação de orçamentos e auxílios a missões de catequese, ou, em âmbito oposto, condenando a possibilidade da utilização de religiosos e em defesa de uma ação estatal sobre as populações nativas.

Nesse sentido, os elementos que compunham o cerne das discussões a respeito da “questão indígena”, isto é, a formação de um trabalhador rural e a questão fundiária, tornavam-se pedra de toque à administração que formularia e criaria, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O órgão, que se encarregaria da questão indígena, passou a funcionar a partir do Decreto de 20 de junho de 1910², sob regulamento que instituiu como dever “prestar assistência aos Índios do Brasil”, congregando atividades de fiscalização, ensino, instrução de noções de trabalho para produção de gêneros agrícolas ou industriais, bem como “garantir a efetividade da posse dos territórios índios ocupados” e a “restituição de terrenos, que lhes tenham sido usurpados” (BRASIL, 1906). Essas duas últimas funções do SPILTN seriam primordiais para a efetivação das demais e, portanto, encontravam-se nas bases da ação dos agentes do órgão indigenista.

Nos estados da Federação, a inserção do SPILTN ocorreu através da criação de Inspetorias Regionais, que foram responsáveis, em um primeiro momento, por identificar povos indígenas e os territórios que ocupavam. No Rio Grande do Sul, ainda em 1910, o SPILTN

² Essa denominação manteve-se até 1918, quando a *Localização dos Trabalhadores Nacionais* passou a ser atribuído Serviço de Povoamento do Solo. A partir daí, sob a denominação de SPI, o órgão passou a tratar estritamente das populações indígenas brasileiras.

levou a cabo a identificação de mais de uma dezena de *toldos*³ indígenas das etnias Kaingang e Guarani e, no mesmo ano, deu início ao processo demarcatório.

No presente artigo, optou-se por tratar do processo demarcatório do Toldo do Fachinal, localizado no Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul, ocupado por indígenas Kaingang, pois a partir dessa experiência é possível compreender acerca da política indigenista nacional instalada no período e, principalmente, captar o protagonismo indígena em torno desse processo desencadeado pelas autoridades vinculadas aos órgãos federais e estaduais. Fazendo uso de um corpus documental variado, que abrange relatórios e correspondências das comissões de terra do estado do Rio Grande do Sul, periódicos e correspondências das autoridades locais e estaduais e de missionários capuchinhos, pretende-se analisar as fontes para problematizar o papel atribuído aos indígenas nas narrativas compostas por elementos da sociedade nacional, complexificando as relações estabelecidas pelas lideranças Kaingang e compreendendo como essas alianças são operadas pelos nativos em prol de seus interesses no que concerne à demarcação das terras e ao direito à ocupação de determinado espaço reconhecido pelo Estado.

1. Os toldos indígenas do Rio Grande do Sul

Entre 1910 e 1914, começam a ser delineadas, efetivamente, as ações do SPILTN no estado, através da criação da Inspeção Regional do Rio Grande do Sul e da nomeação dos funcionários encarregados. Em paralelo, o órgão federal receberia auxílios do governo do estado, por meio da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), órgão da Secretaria da Agricultura, sob a direção do engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Criada em 1907, a DTC se constituiu, segundo Rodrigues (2007, p. 79), enquanto uma das medidas necessárias para a obtenção do *progresso* e da *modernização* estadual, atuando sobre a questão da propriedade da terra. A regulamentação fundiária no estado englobava também a situação dos indígenas em seus locais de ocupação, à margem, até então, de normatizações sob a forma da lei.

A questão indígena e a colonização encontravam-se, no período, indissociáveis, estreitamente correlacionadas, cabendo à governança do estado o papel de conciliadora das partes. No tocante à terra e à propriedade, intuía-se uma “nova ordem”, na qual a valorização do seu preço, a diversificação da produção e o crescimento da pequena propriedade são

³ No Sul do Brasil, nas províncias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os locais de ocupação tradicional indígena eram chamados de “toldos”, em função da aproximação geográfica com os estados platinos, derivando da nomenclatura de *toldería*, utilizada para a mesma designação.

característicos dessa conjuntura (KLIEMANN, 1986, p. 48). Logo, para o sucesso do projeto colonizador, estabelecia-se como necessária a não-interferência indígena nas áreas destinadas às instalações coloniais, passando, nessa perspectiva, ao registro, à classificação e à inspeção das localidades que concentravam agrupamentos indígenas.

Além disso, também é passível de destaque a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Posto que, assim como a colonização que se desenvolvia no Planalto Médio e, gradativamente, pressionava as populações Kaingang e reduzia seus espaços de movimentação, a instalação da ferrovia desenvolveu-se no sentido de carregar os signos da *modernidade* e do *progresso*, interligando diferentes partes do estado, na medida em que as estradas de ferro passaram a singrar os territórios de tradicional mobilidade e deslocamento indígena (LAROQUE, 2015). Assim sendo, a instalação da ferrovia teve uma intensa implicação nos territórios indígenas, que se fragmentavam e se apequenavam em razão da instalação de colonos e de empresas colonizadoras no Norte do Rio Grande do Sul.

Apesar da promessa de demarcação das terras indígenas difundida ainda em 1908 pelo presidente do estado, Carlos Barbosa, a falta de funcionários havia sido um dos entraves à realização de tal intento em 1909 (SPONCHIADO, 2005). Todavia, a situação alterou-se após a criação do SPILT, em 1910, pois a possibilidade da intervenção federal sobre as terras devolutas pertencentes ao estado sul-rio-grandense poderia resultar na conversão de várias das áreas ocupadas por indígenas e caboclos em zonas sob a administração direta da União. Por conta disso, os esforços foram conjugados para superar a indisponibilidade de pessoal e, assim, realizar as demarcações. Nessa perspectiva, a DTC assumiu, a partir de 1911, o processo de medição e demarcação independente das terras indígenas do estado, destacando os funcionários das Comissões de Terras e Colonização regionais – as CTCs – e evitando os funcionários do órgão indigenista nacional (PEZAT, 1997).

À época, os indígenas do Rio Grande do Sul, em sua grande maioria Kaingang, viviam ainda, e sobretudo, nas áreas em que haviam sido instalados pela política dos aldeamentos provinciais do período imperial, nas regiões de Nonoai, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões. A DTC registrou, pelo menos até o ano de 1910, a existência de diversos toldos no Norte do Rio Grande do Sul (ver Mapa 1), a maioria remanescente dos aldeamentos provinciais. Entretanto, outros toldos foram registrados, provavelmente de dissidências de grupos maiores aldeados, com prováveis conflitos internos, condições precárias e disputas cacicais, ou mesmo, talvez, de grupos não-aldeados que permaneceram migrantes e, devido à pressão pela terra, conformaram novos assentamentos. Nesse mesmo ano, o censo realizado

pela DTC revelou uma população indígena disposta pela região Norte do estado e que, majoritariamente, ainda ocupava as localidades definidas pelo Governo Provincial no período anterior a 1889 (SCHMITZ, 2019).



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1910. Diretoria de Terras e Colonização. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Candido José de Godoy.** Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, p. 155. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Adaptado pelo autor.

A população Kaingang do Toldo do Fachinal estava entre as maiores dos toldos localizados no Norte do Rio Grande do Sul (ver Quadro 1). A expressividade desse toldo, em termos de presença indígena na região, revela os processos de colonização e de aldeamento do período anterior e, também, do contemporâneo ao censo, representando, em grande parte, o cerceamento da mobilidade Kaingang na região, bem como a sedentarização e agrupamento de várias parcialidades em locais próximos ou em um mesmo local. Esse levantamento censitário promovido pela DTC regeria o processo de demarcação desses toldos, visto que serviu de parâmetro, por exemplo, para a demarcação de áreas maiores ou menores, o que não garantiu que grupos indígenas fossem removidos de certas localidades e agrupados em outras, culminando, inclusive, na reunião de grupos étnicos diferentes (SPONCHIADO, 2005).

Quadro 1 - Censo aproximado dos 12 toldos indígenas existentes em 1910

Toldo	Município	População aproximada
Toldo do Inhacorá	Palmeira	400 hab.
2 Toldos de Nonohay	Palmeira	600 hab.
Toldo do Guarita	Palmeira	200 hab.
Toldo do Fachinal	Lagoa Vermelha	500 hab.
Toldo do Caseros	Lagoa Vermelha	100 hab.
Toldo do Ligeiro	Passo Fundo	500 hab.
Toldo do Carreteiro	Passo Fundo	80 hab.
Toldo do Ventarra	Passo Fundo	80 hab.
Toldo do Erechim	Passo Fundo	180 hab.
Toldo do Votouro	Passo Fundo	100 hab.
Toldo do Lagoão	Soledade	200 hab.
Total:		2.940 hab.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1910. Diretoria de Terras e Colonização. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Candido José de Godoy.** Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, p. 147-157. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Como destacam Pezat (1997), Laroque (2007) e Rodrigues (2007), deve-se ter presente, como pretende-se aqui elucidar, que os interesses que circundavam o lugar de ocupação ou de deslocamento, ou mesmo as alianças estabelecidas com os Kaingang constituíram-se em um campo de disputas que envolveram sujeitos diversos, em várias frentes, englobando conflitos entre indígenas, religiosos, dirigentes do poder local/regional, das comissões de terra responsáveis pela regulamentação da propriedade da terra. Nesse sentido, a demarcação das áreas indígenas na segunda década do século XX se processou em meio a conflitos, decorrentes dos múltiplos interesses, tanto públicos quanto privados, em torno das terras ocupadas pelos Kaingang, como foi o caso do Toldo do Fachinal, em Lagoa Vermelha.

Entre capuchinhos, colonos e coronéis: os Kaingang e a demarcação do Toldo do Fachinal

Acompanhar o desenrolar do processo de demarcação é crucial para compreender o protagonismo indígena nesse contexto, que pode ser notado em meio aos relatos de diversos outros sujeitos, ainda que, nessas fontes, os indígenas em muito apareçam obliterados, passíveis de influências externas e, por vezes, considerados como coadjuvantes desse processo. Como salienta Monteiro (2001), extrair a agência indígena nesse e em outros contextos significa reconhecer nas lideranças indígenas – ou mesmo no coletivo – sujeitos capazes de traçar a sua história e serem protagonistas nesse mesmo cenário. No recorte espaço-temporal delimitado

nesta pesquisa, optou-se por acompanhar as relações estabelecidas pelos indígenas Kaingang no entorno da demarcação de um dos toldos ocupados por essa etnia no Norte do Rio Grande do Sul, enfocando na atuação específica dos Kaingang *Pã'í mbâng* Faustino Ferreira Doble e do *Pã'í* Fortunato José Gonçalves.

A demarcação do Toldo do Fachinal é ponto crucial à compreensão das alterações da territorialidade Kaingang na região no início do século XX. Embora mudanças já viessem ocorrendo ao longo da segunda metade do século XIX, promovidas por processos de aldeamento e de colonização, a necessidade de regulação fundiária e de colonização de novos espaços, bem como de abertura de novas vias de comunicação impostas pelo governo estadual, foram grandes mobilizadoras de um processo mais acelerado de redução da mobilidade Kaingang e esbulho de seus territórios. Em consonância com a política indigenista que passou a vigorar nacionalmente em 1910, essa transformação no espaço Kaingang – que seria operado pela demarcação – esteve no centro do reconhecimento, por parte das autoridades governamentais, do Toldo do Fachinal enquanto espaço delimitado e oficializado de ocupação indígena.

Uma primeira ação do governo estadual, ainda que não de forma direta e de maneira incisiva através de uma política direcionada, foi a introdução de missionários capuchinhos entre as comunidades indígenas a fim de que desenvolvessem ações de caráter assistencial e religioso, subvencionados financeiramente pelo governo (RODRIGUES, 2013). Em fins do século XIX, houve a inserção de uma missão religiosa de padres da Ordem do Capuchinhos no Rio Grande do Sul, por solicitação do bispo de Porto Alegre, Cláudio José Ponce de Leão, os missionários originários da França passaram a se estabelecer no estado a partir de 1896, na ex-colônia Conde d'Eu (atual município de Garibaldi), na zona de colonização italiana na região serrana. Os freis Bruno de Gillonay e Leon de Montsapey foram os religiosos encarregados de guiar a missão, que tinha por objetivo auxiliar o governo estadual a solucionar o problema da nacionalização da população imigrante estrangeira italiana nas colônias serranas, dessa forma, incluindo-os aos núcleos coloniais de imigração subsidiada (PEZAT, 1997).

A separação entre Estado e Igreja desde o início do regime republicano havia colocado entraves à contratação de ações missionárias por parte do Governo Federal. Embora tais discussões tenham se revelado em um cenário nacional, no Rio Grande do Sul, de acordo com Rodrigues (2013, p. 312), “a Igreja Católica e o governo estadual mantiveram-se ‘próximos’”, por meio da evangelização empreendida pelo acordo com a missão capuchinha, direcionada à

população italiana e, por conseguinte, aos indígenas situados no Nordeste do estado, como nos toldos do Fachinal e do Ligeiro.

Os primeiros contatos entre indígenas e capuchinhos, segundo Pezat (1997), teriam ocorrido ainda em 1903, por intermédio dos padres Saint-Jean d'Arves e Fidèle de La Motte-Servolex, possivelmente em viagens de deslocamento em reconhecimento na região, como a empreendida no ainda nascente núcleo colonial de Cacique Doble. É através do contato estabelecido com os capuchinhos que se tem registros de tentativas – por parte da missão religiosa, amparada pelo governo – para se definir um lugar específico para a ocupação dos indígenas Kaingang, então liderados por Faustino Ferreira Doble, *Pã'í mbâng* do Toldo do Fachinal, na época, ainda desprovido, ao que parece, de um assentamento fixo. O *Pã'í mbâng* Faustino Ferreira Doble, segundo Laroque (2007), era um dos filhos do *Pã'í mbâng* Yu-toahê, liderança que atuou durante o século XIX na mesma região, e, por linhagem de descendência, adquiriu o *status* de líder do agrupamento, tecendo, tal como seu genitor, relacionamentos diversos com distintos sujeitos e com autoridades locais e regionais.

Bruno de Gillonnay, frei capuchinho que atuou na região do município de Lagoa Vermelha, em correspondência a seus superiores, afirmava, já em 1903, a necessidade de se estabelecer e de se reconhecer os diversos toldos que serviam de morada aos indígenas da região, como ponto inicial dos trabalhos de instrução e assistência que deveriam ser introduzidos àquela população, bem como destacava, ainda que não nominalmente, a existência de lideranças Kaingang com as quais já tentava instituir acordos:

[...] Conversei com os chefes, falei com as autoridades civis e ficou estabelecido que se tentaria junto ao Governo do Rio Grande do Sul *obter uma área de terreno no município de Lagoa Vermelha, às margens do rio Forquilha, para aí reunir os diversos toldos* e que, em seguida, um missionário, ou dois, ocupar-se-iam de sua instrução religiosa e civil. Os chefes com os quais falei prometeram usar de sua influência junto aos chefes das outras tribos, no sentido de mostrar-lhes as vantagens de realizar este projeto de união” (LE ROSIER DE SAINT FRANÇOIS D'ASSISE, 1904, p. 236-240 *apud* LAROQUE, 2007, p. 153). (Grifo nosso).

Posteriormente, pelos relatos e sugestões apresentadas pelo Frei Bruno de Gillonnay no ano de 1909, quando já estavam em curso as primeiras ações de identificação das áreas indígenas por parte da DTC, o governo do estado deveria subvencionar, na opinião do clérigo, a inserção de atividades agrícolas e civis entre os indígenas do Fachinal, a fim de torná-los cidadãos e, ao mesmo tempo, agricultores, para, dessa forma, criar uma “colônia agrícola florescente” (RODRIGUES, 2007, p. 168). Contudo, diferentemente da correspondência

anterior, o frei capuchinho agora afirmava que os indígenas reivindicavam “como propriedade uma área de terra que sempre ocuparam, situada entre o rio Carazinho, a leste, e o rio Lajeado, a oeste” (RELATÓRIO, 1909), assinalando mudanças e deslocamentos de grupos pelo território e, como ver-se-á adiante, muito provavelmente uma rearticulação de interesses e alianças entre os capuchinhos e uma das lideranças Kaingang em específico.

A restrita disponibilidade de padres capuchinhos na região ainda na primeira década do século XX – em função do período de formação dos novos religiosos e da distribuição por outras regiões dos já ordenados – levou à indicação, por parte dos missionários, de Ricardo Zeni⁴ para exercer a função de catequista no Toldo do Fachinal, privando a congregação de deslocar religiosos regularmente à localidade. Assumindo a função de “professor dos índios”, Zeni passou a ser pago pelo estado do Rio Grande do Sul, ainda em período em que os inspetores da DTC não haviam chegado àquela região. Quando estes chegaram, em 1910, atritos entre os representantes da missão e da DTC delinear-se-iam mais claramente.

A contratação de Ricardo Zeni também revela uma situação que se desenrolava ao largo da ação missionária e das demarcações do Toldo do Fachinal: a colonização e a forma de ocupação do núcleo colonial denominado “Cacique Doble”⁵, contíguo às terras ocupadas pelos Kaingang, onde Ricardo Zeni e outros colonos de origem italiana residiam. Embora a colonização na região não tenha sido aprofundada por Laroque (2007) e Rodrigues (2007) ao tratarem acerca de questões concernentes ao Toldo do Fachinal nesse mesmo período, é importante destacá-la, pois não se pode perder de vista que a colônia e o toldo ocupavam espaços próximos e compunham o escopo objetivo das ações tanto dos capuchinhos quanto da DTC. Em Cacique Doble, de acordo com Branco (2002), os primeiros lotes comercializados datam de 1908, muito embora a transferência dos colonos, de maioria italiana, tenha se dado em período posterior ao da transmissão das propriedades. A instalação do núcleo colonial, mesmo que por iniciativa privada, ia ao encontro dos avanços da sociedade nacional sobre

⁴ Ricardo Zeni (1867-1925) nasceu em Trento, Itália. Emigrou para o Brasil em 1888, estabelecendo-se em Encantado/RS. Por volta de 1909, transferiu-se para a Vila de Cacique Doble, a convite do Frei Bruno Gillonnay, para assumir a função de catequista leigo no Toldo do Fachinal. Na vila, exerceu também as atividades de comerciante, professor e hotelheiro (STANGHERLIN, 1989).

⁵ O espaço ocupado pela colônia e pela vila de Cacique Doble e boa parte do que depois se constituiria, em 1916, enquanto 6º distrito do município de Lagoa Vermelha, pertencera ao latifundiário lagoense e residente na região Francisco de Paula Felipe e, depois, aos irmãos Hyppolito José de Paula e Franklin José de Paula, pelo menos até início do século XX (Barbosa, 1981). A grande propriedade pertencente à família de Paula foi dividida pelos irmãos e cerca da metade foi, a partir de 1905, destinada para um projeto de colonização privada, levado a cabo pelo compadre de Hyppolito José de Paula, o agrimensor João Lucio Nunes, que procedeu à medição, demarcação e posterior venda dos lotes (CHAVES, 1946; BRANCO, 2002).

aquele território indígena, regulando e discriminando lotes, definindo os espaços que dividiam os sujeitos, impondo limites e fronteiras.

A DTC supervisionava a região no período e, dessarte, a visita de Torres Gonçalves ao Toldo do Fachinal, ocorrida no primeiro semestre de 1910, o fez declarar que a ação do catequista Ricardo Zeni era danosa aos indígenas, manifestando contrariedade à ação capuchinha naquela localidade. No relato de Torres Gonçalves, Ricardo Zeni era o suposto causador de desordens entre os indígenas: em 1910, o catequista os haveria influenciado para que abandonassem as terras que ocupavam “há cerca de 70 anos” para que se estabelecessem próximos à sede do povoado de Cacique Doble. A atitude teria sido repreendida pelo então *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble, mas Ricardo Zeni teria instigado a transferência de um grupo dissidente para um local mais próximo ao núcleo colonial, às margens do rio Forquilha, a oeste de onde se encontrava o grupo liderado pelo *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble (Pezat, 1997; Rodrigues, 2007).

Como destaca Laroque (2007), antes da chegada da DTC e mesmo dos freis capuchinhos, o toldo indígena que existia naquela região, a princípio, era comandado por uma liderança maior: o *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble. Outras lideranças menores, subordinadas a ele, como o *Pa'í* Fortunato José Gonçalves, viviam na região e, algumas, ao que parece, arranjasdas junto à liderança principal. Nesse ínterim, anteriormente aos trabalhos demarcatórios, a territorialidade Kaingang, conforme relembra Aresi (2008, p. 266), expõe-se “não apenas como um espaço delimitado politicamente, mas, sobretudo como um espaço permeado de relações sociais, simbólicas e de afetividade”, que não encontra limites materializados em demarcações territoriais, mas na apropriação que realizam em torno dos recursos naturais que lhes provém a subsistência, ou seja, é delimitado pela própria ação do grupo. Sendo assim, a mobilidade Kaingang pela região ainda era intensa e despertava o interesse, por parte dos agentes da DTC, no estabelecimento do controle sobre a população indígena, evitando conflitos e litígios pelas terras através do processo de demarcação.

A aliança estabelecida pelo *Pa'í* Fortunato José Gonçalves com os capuchinhos e o colono Zeni teria provocado, de acordo com relatos posteriores de Torres Gonçalves, o rompimento do *Pa'í* Fortunato com o *Pa'í mbâng* Faustino, criando um grupo dissidente comandado pelo primeiro, que passou a ocupar as margens do rio Forquilha. O *Pa'í mbâng* Faustino, segundo o diretor da DTC, tinha desapeço pela figura de Ricardo Zeni e o responsabilizava pela redução de seu poder dentre seus subordinados e pela insubordinação que ocorria por parte do *Pa'í* Fortunato José Gonçalves, como é patente no excerto a seguir:

Eu havia prometido ao cacique Faustino conseguir o restabelecimento da situação anterior, e encontrei o ajudante Fortunato disposto a obedecê-lo. Mas notei, neste dia, que o general Faustino, que parece um índio enérgico, havia retirado a confiança ao seu ajudante. Porque, na ocasião de fotografarmos um grupo, solicitado a ladear-se dos seus dois ajudantes, o cacique substituiu o Fortunato por outro (Relatório de 9/6/1910 *apud* LAROQUE, 2007, p. 169).

Em realidade, como afirma Laroque (2007), o testemunho e aversão do *Pa'í mbâng* Faustino era compartilhado por Torres Gonçalves, por ver na suposta influência do italiano Ricardo Zeni sobre os indígenas a causa de uma disputa interna dentro do Toldo do Fachinal. Consequentemente, a liderança do *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble estabeleceria aliança com Torres Gonçalves e a DTC, rechaçando as ações de Zeni e dos capuchinhos, que haviam, ao fim e ao cabo, separado parte de seu grupo. Nesse sentido, é possível supor que a relação conformada pelo *Pa'í* Fortunato e Ricardo Zeni correspondia ao desejo daquela liderança indígena em distanciar-se da influência do *Pa'í mbâng* Faustino, daí a concordância com a catequização operada por Zeni e pelos capuchinhos que, como visto anteriormente, suportavam a ideia de uma demarcação às margens do rio Forquilha, isto é, distante de onde o *Pa'í mbâng* Faustino estava arranchado (Brandalise, 2019). Contudo, é lícito também inferir que, em caso de (re)união de ambas as parcialidades, Fortunato buscasse apoio para ser legitimado externa e internamente enquanto *Pa'í mbâng*, em detrimento da liderança de Faustino.

Para além, a expressão do contexto de disputa entre os Kaingang e outros sujeitos é evidenciada em notícia do jornal *A Federação*, de março de 1910, em período simultâneo às primeiras visitas da DTC ao Toldo do Fachinal. Possivelmente no espaço para onde o catequista havia conduzido os indígenas sob o comando do *Pa'í* Fortunato, um conflito envolvendo os Kaingang e “brasileiros”, ocorrido em fins do ano anterior, era divulgado, revelando a existência de uma incipiente regulamentação das posses e propriedades:

No lugar denominado «Serra do Forquilha», 2º districto deste município [Lagoa Vermelha], occorreu, a 29 do dezembro do anno findo, um serio conflicto entre indios e brasileiros ali residentes, no qual foram quasi mortos, a cacete e facão, os brasileiros Deolindo Sacramento e Diogo Serrilho Antunes.

Das investigações procedidas pelo delegado de policia, tenente Matheus Lopes Brum, verifica-se a culpabilidade dos indios, a quem as testemunhas (entre as quaes o chefe dos indios, capitão Faustino) não só attribuem a autoria daquelle crime como a da provocação que o precedeu, accrescentando que o facto delictuoso foi motivado pelo bom acolhimento dispensado pelos brasileiros à pessoa encarregada de ministrar instrucção áquelles, pessoa esta que não goza das bôas graças de uma parte dos gentios, por ser natural da Italia.

Frei Bruno, o encarregado da catechese pelo benemerito governo do Estado, colhendo informações acerca do crime referido acima, chegou à conclusão de que os indios não foram os provocadores e que elles têm sido victimas de explorações de brasileiros pouco escrupulosos que se estabelecem nas proximidades do toldo e os prejudicam,

já enchendo-os de aguardente, do que muito gostam, por preços exorbitantes, já não prendendo a criação que solta, estraga as pequenas plantações dos Índios. Em vista disso, Frei Bruno, considerando inconveniente para o bom desempenho de sua missão a vizinhança destes brasileiros com os seus civilizados, se entendeu com o exmo. sr. dr, Presidente do Estado e s. ex. segundo ouvimos, em carta dirigida ao honrado e prestigiosos intendente des município, coronel Heleodoro Branco, pediu que fossem retirados dos terrenos dos índios, por meios suasorios, os intrusos. [...] (A FEDERAÇÃO, 2/3/1910).

Esse excerto revela como se davam as formas de se mover e de legitimar as ações a partir do acionamento das autoridades e das relações que as permeavam, tendo em vista o encadeamento de favores e comunicados entre os indígenas da Serra do Forquilha e Zeni junto ao Frei Bruno e, conseqüentemente, ao intendente municipal e ao presidente do estado. Demonstra, também, a divisão entre os dois grupos indígenas, já que, ao inquirir os indígenas da região, provavelmente o *Pa'í mbâng* Faustino Doble testemunhara contra seu antigo subordinado, o *Pa'í* Fortunato, imputando a ele e a outros os crimes cometidos por indígenas nas disputas por terra naquela região. Embora frei Bruno Gillonay ressalte a inocência indígena na questão, talvez como forma de evitar repreensões ao *Pa'í* Fortunato e à própria missão religiosa, o restante da notícia dá conta de revelar que os Kaingang estavam em meio a um grande litígio naquela região, em que posseiros reivindicavam aquela sorte de terras, de modo que a autoridade municipal, o Cel. Heleodoro Branco, e não a DTC, fora requisitada, ao menos naquela ocasião, para solucionar a questão.

Por essa trama de alianças do *Pa'í* Fortunato, acabava-se por chegar ao intendente municipal, o Cel. Heleodoro de Moraes Branco⁶. Correligionário do Cel. Branco, Ricardo Zeni, de acordo com a oposição, era sujeito de confiança do coronel na sede do núcleo de colonização de Cacique Doble. Em 1910, quando a CTC de Passo Fundo se dirigiu ao município de Lagoa Vermelha para reconhecer e demarcar os territórios indígenas existentes, os encarregados não encontraram, de pronto, o apoio das autoridades, mas sim depararam-se em meio a atritos com as autoridades locais.

Serafim Terra, inspetor-chefe da CTC de Passo Fundo, encontrou oposição aos seus trabalhos por parte do Cel. Heleodoro de Moraes Branco, então intendente municipal. O Cel. Branco era um dos filhos do Padre Antonio de Moraes Branco, que havia sido um dos diretores

⁶ Nascido em 11 de julho 1854 em Vacaria/RS, era filho do Padre Antonio de Moraes Branco e de Maria Eufrazia Justina. Foi Coronel Honorário da Guarda Nacional, tendo vivido a maior parte de sua vida em Lagoa Vermelha/RS, onde foi nomeado intendente municipal em 1892, cargo que ocupou até 1912, quando transferiu residência com parte de sua família para Passo Fundo. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e sua mudança para Passo Fundo ocorreu em razão de desavenças políticas dentro do partido em Lagoa Vermelha. Faleceu em Passo Fundo, em 24 de março de 1921 (VANIN, 2020).

do Aldeamento da Colônia Militar de Caseros⁷, que foi, na segunda metade do século XIX, um dos pontos de reunião de parcialidades Kaingang naquela região. De acordo com o inspetor Serafim Terra, o Cel. Heleodoro Branco ostentava publicamente sua posição como “protetor dos índios” (OFÍCIO, 15/8/1910), possivelmente capitalizando e mantendo as relações de seu genitor com os Kaingang. Segundo o relato do inspetor da CTC,

[...] a nossa excursão por aquele município foi mal olhada, bastante falada e explorada, principalmente pelo sr. Cel. Heleodoro Branco, intendente municipal. Dizia ele abertamente na vila de Lagoa Vermelha que fomos levar a rebelião no toldo do Fachinal e repetiu em minha presença, levando o troco imediato. Parece-me que ele ficou ofendido em seu amor próprio de protetor dos índios, qualidade que tanto alardeia, mas deixa os seus sequazes e companheiros praticarem toda a sorte de tropelios e imoralidades contra os índios. A pedra de toque de sua indignação contra a nossa viagem é o Fachinal ou campo em que está o gal. Faustino [o cacique], pois um seu genro diz ter parte nele (OFÍCIO, 15/8/1910).

Para além de chefe do Executivo Municipal de Lagoa Vermelha, o Cel. Heleodoro Branco também performava o papel de colonizador particular no interior do município. A Fazenda São João do Forquilha, herança de José Bueno de Oliveira à sua esposa, Constança Augusta Bueno de Oliveira, por exemplo, foi dividida, por Constança e pelo intendente Cel. Heleodoro de Moraes Branco, em lotes para a venda (BRANCO, 2002), em terras contíguas ao Toldo do Fachinal. Logo, é lícito compreender que as ações da DTC tenham interferido não apenas nas relações que o Cel. Branco detinha com os Kaingang na localidade, mas também em suas negociações de terra e, como se confirma, em suas relações no espectro político.

A correspondência supracitada do engenheiro da CTC de Passo Fundo é expressiva no sentido de demonstrar que muito da ação proposta pela DTC em conluio com o SPILTIN poderia encontrar barreiras diante das autoridades municipais, que seriam capazes de interferir nos processos de demarcação, como no caso do Toldo do Fachinal. Em 1910, Torres Gonçalves e Raul Abbott, inspetor do SPILTIN que supervisionou as demarcações da DTC, reconheceram essas hostilidades como entraves significativos em Lagoa Vermelha, pois colocavam a nascente política indigenista estadual e federal em conflito com o coronelismo que sustentava a estrutura de poder do PRR local (PEZAT, 1997).

Como afirma Pezat (1997, p. 318), a questão indígena na localidade amalgamava-se também às questões da política local e regional. Essa hipótese é sustentada justamente pela

⁷ Na Colônia Militar de Caseros, assim como em outras experiências de colonização militar do século XIX, o núcleo colonial dividiu espaço com um aldeamento indígena Kaingang, aglutinando parcialidades como a do *Pã'í mbâng* Yu-toahê e do *Pã'í Nhucorá*. Ver mais em: Tedesco; Vanin, 2018.

retomada das acusações que surgem contra Ricardo Zeni após a troca no Executivo Municipal de Lagoa Vermelha a partir de 1912, ano em que houve uma cisão dentro do PRR local. Após a cisão, que destituiu o Cel. Heleodoro de Moraes Branco do posto de intendente municipal, a curta gestão de seu aliado, Adolpho Paim de Andrade (1912-1914), registrava que a questão do Toldo do Fachinal não estava resolvida:

[...] ontem passou por esta vila, com destino a Porto Alegre, o índio Faustino, conhecido por general Faustino, do toldo do Cacique Doble, 2º distrito desse município. Viaja em companhia do Sr. Manoel Garcez, filho do Sr. Major Julio Garcez.

Segundo consta, vai a presença de V. Ex. queixar-se do Sr. Ricardo Zeni, professor dos índios daquele toldo. E como sabemos o que visa a queixa, julgamos que nos cumpria vir, por meio desta, à respeitável presença de V. Ex. dizer o que se tem passado com aquele professor.

E assim que, por ocasião da última luta eleitoral deste município, os nossos adversários procuraram trazer o professor Ricardo Zeni ao seu grêmio, e como não conseguissem, começaram, de então para cá, a mover-lhe tenaz perseguição (Carta, 19/5/1913).⁸

Nesse relato, elaborado pelo intendente Adolpho Paim e por José Dario Vasconcellos, genro do Cel. Heleodoro, vê-se que o *Pa'í mbâng* Faustino novamente aparece tecendo aliança, dessa vez com sujeitos da elite política lagoense que participavam da oposição às figuras que estavam alinhadas ao *Pa'í* Fortunato na disputa pela demarcação do toldo e pela liderança Kaingang naquela região do município. Viajando até a capital do estado, tratando diretamente com Borges de Medeiros, *Pa'í mbâng* Faustino logrou travar uma sólida aliança, tal como seu pai, Yu-toahê, fizera em seu tempo enquanto liderança do grupo.

Isso se evidencia quando, após a renúncia de Adolpho Paim, a facção oposicionista do PRR assume o Executivo Municipal, na figura do Cel. Maximiliano de Almeida (1914-1916), de modo que perseguições ao catequista dos indígenas passaram a ocorrer. Partidário do Cel. Branco, Ricardo Zeni se revelava não apenas atrelado a alianças com os capuchinhos e os Kaingang, mas também como partícipe de relações coronelistas em âmbito regional. Para o Cel. Heleodoro Branco, possivelmente, dispor da lealdade de Ricardo Zeni era conservar certa influência sobre os indígenas e sobre os territórios em que estes se estabeleciam, podendo definir, talvez, a ocupação ou a desocupação de terras indígenas, de maneira direta ou indireta.

Enquanto morador da vila de Cacique Doble, Ricardo Zeni provavelmente ocupava posição de destaque, já que era comerciante na vila, hoteleiro e professor/catequista não apenas

⁸ Carta de Adolpho Paim de Andrade, intendente municipal de Lagoa Vermelha, e José Dario de Vasconcellos endereçada ao presidente do estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Lagoa Vermelha, 19 de maio de 1913. Acervo Borges de Medeiros. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

dos indígenas do Fachinal, como também dos filhos dos colonos (STANGHERLIN, 1989, p. 13). Nesse sentido, as acusações da oposição baseavam-se nas seguintes suposições: que, sob a nova administração municipal, Zeni influenciava seus conhecidos e co-nacionais “para que não concorressem às urnas”⁹; também, que ele havia destituído os títulos de eleitor de um grupo de indígenas que eram votantes, ao passo que, na eleição anterior, na qual saíra vencedor o Cel. Heleodoro Branco, Zeni teria obrigado os indígenas aos quais ensinara a ler e escrever a votarem no coronel e incentivava os habitantes da colônia de Cacique Doble para que fizessem o mesmo¹⁰. Portanto, pode-se conjecturar que ações e relações do catequista serviam não apenas aos freis capuchinhos, mas também ao controle dos mandatários locais sobre a população indígena. Contudo, com a troca de intendentes, as críticas ao colono italiano e professor dos índios só aumentou, culminando na remoção de suas funções, em 1915, pelo presidente do estado, por intermédio do Cel. Maximiliano de Almeida e seus aliados, aqui contado, possivelmente, também o *Pa’i mbâng* Faustino.

Essas alianças, do ponto de vista Kaingang, parecem ter sido mobilizadoras fundamentais de seus interesses em torno da demarcação oficial do toldo. Como relembra Sponchiado (2005), Torres Gonçalves salientava que a demarcação dos territórios indígenas era a principal reivindicação das lideranças indígenas do período e certamente foram mobilizadas também no sentido de reafirmar seus poderes ante seus subordinados. As alianças firmadas pelo *Pa’i mbâng* Faustino revelam que os interesses das elites políticas locais também estiveram suscetíveis a negociações e adentraram à vereda dos apoios políticos locais que sustentavam o poder dessas mesmas elites. Isso é perceptível quando, ao longo da documentação do período, vê-se que, para além dos missionários e dos funcionários da DTC responsáveis pelo processo demarcatório, facções políticas do PRR se colocam também em lados diferentes dessa disputa, em um momento de cisão interna na política no município de Lagoa Vermelha.

Para além desse suposto “controle” que não-indígenas exerciam sobre as parcialidades indígenas, porém, fica claro que boa parte desses impasses e disputas são manejados pelos próprios Kaingang em prol de seus interesses em torno do reconhecimento e demarcação de determinada área, fosse ela às margens do rio Forquilha ou do arroio Carazinho. Tem-se aí a tecitura de alianças que vão sendo manejadas pelas lideranças Kaingang e que se constituem em negociações com sujeitos diversos. A partir da concepção de territorialidade indígena, a

⁹ Carta enviada por Maximiliano de Almeida e Julio Garcez, ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Lagoa Vermelha, 12 jan. 1914. Acervo Borges de Medeiros. IHGRGS.

¹⁰ *Idem.*

presença desses outros grupos que se instalavam naquela região, fossem colonos imigrantes ou nacionais, missionários ou autoridades locais, poderia ser negociada, no sentido de que a interpretação desses fenômenos assumia o espaço a partir da lógica cultural Kaingang (SCHWINGEL, 2001). A elaboração dessas alianças por parte dos Kaingang era recorrente e realizada por esses grupos em momentos em que essas alianças se apercebiam como necessárias para a preservação do grupo, para a garantia de auxílios e apoios em períodos de conflito (LAROQUE, 2007).

A demarcação do Toldo do Fachinal, em 1910, é peça-chave para se compreender essa multiplicidade de relações e estratégias empregadas pelos diferentes sujeitos envolvidos, sobretudo pela população indígena Kaingang e pelas disputas internas que levaram à cisão do grupo indígena e, externamente, com outros sujeitos. As áreas onde os Kaingang estavam estabelecidos, tanto no toldo do *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble quanto no toldo do *Pa'í* Fortunato José Gonçalves, enfrentaram um processo de racionalização fundiária, ordenada pelo governo estadual, por não haver clareza sobre quais terras pertenciam ao patrimônio do estado na região, onde existiam extensões de terras públicas ocupadas por indígenas e posseiros de grandes extensões de terras que haviam consolidado vastas propriedades sem a titulação devida, através da intrusão (SCHMITZ, 2019).

Em âmbitos nacional e estadual, a realidade das demarcações pressupunha conflitos sobretudo no desenvolvimento dessas atividades, justo por incidir sobre a pedra de toque que era a questão fundiária. Nas áreas onde se procederam as demarcações, a racionalização da propriedade privada da terra ainda era incipiente, constantemente alvo de disputas em torno da ocupação do espaço, não só pelos indígenas, mas também por caboclos e colonos imigrantes e descendentes, disputas essas que inviabilizavam, em grande parte, as ações do governo estadual em realizar medições e demarcações nessas regiões, como nas localidades de Passo Fundo e de Lagoa Vermelha.

Ao fim de 1918, onze áreas indígenas haviam sido demarcadas pela DTC no Rio Grande do Sul, dentre elas o Toldo do Fachinal, sob a liderança do *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble. A área demarcada para usufruto indígena alcançou os 5.676,33ha, contrariando um estudo preliminar da CTC de Passo Fundo que apontava a intenção de proceder a demarcação de 8.400ha (VANIN, 2020). Essa discrepância deveu-se ao fato de que muitas das terras a leste do Toldo do Fachinal já haviam sido vendidas e/ou tinham os direitos de propriedade reconhecidos a posseiros da região. No período em que se concentrou o estudo, a parcialidade comandada pelo *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble acabou sendo contemplada com a demarcação. A seu

turno, o grupo subordinado ao *Pa'í* Fortunato José Gonçalves manteve-se às margens do rio Forquilha, formando um novo espaço de ocupação Kaingang: o Toldo do Passo Grande, que não foi reconhecido ou demarcado pela DTC.

Em que pese em todos os relatos, seja no de inspetores da DTC, seja no de missionários ou autoridades locais, narrarem os acontecimentos a partir de uma ótica da sociedade nacional, tendo os Kaingang enquanto um *outro*, a partir desses mesmos relatos é possível complexificar essas teias de relacionamento e compreendê-las a partir do nativo, centralizando-o em um espaço narrativo que, dentro da elaboração realizada por outros, revela em muito o relacionamento com esse também *outro*, o não-indígena. Se nos relatos dessas autoridades, públicas ou eclesiásticas, os Kaingang Faustino e Fortunato aparecem recorrentemente como indivíduos passíveis de serem influenciados em suas decisões e ações, há que se questionar esse lugar legado a essas lideranças nas narrativas documentais e atribuído a esses indivíduos. Como afirmam Felipe e Santos (2017, p. 118), há que se perscrutar

a possibilidade de perceber um *protagonismo outro*, que busca a interpretação dos dados documentais por meio da análise de categorias que expressam uma lógica particular que não implica apenas, pelo menos em termos determinantes, reações dos nativos às perturbações provocadas pelos eventos coloniais, nem obedece somente a atitudes dependentes da mesma lógica projetada pelos colonizadores.

A lógica de compreensão a que nos propomos tentou partir da centralização da tessitura dessas relações entre indígenas e entre indígenas e brancos, mas centralizando aqueles primeiros enquanto os articuladores de alianças diversas. Frente à complexa realidade de transformações em termos da territorialidade indígena e de um movimento de avanço da sociedade nacional sobre os territórios nativos no início do século XX no Rio Grande do Sul, as lideranças Kaingang dos *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble e o *Pa'í* Fortunato José Gonçalves denotam um protagonismo ativo e acionador de estratégias que perpassavam não apenas no interior dos agrupamentos indígenas, mas também elementos da sociedade nacional, e que foram definidores dos desdobramentos do processo de demarcação do Toldo Fachinal.

Considerações finais

Pensar as alianças que permearam os diversos agrupamentos Kaingang é fundamental para a compreensão das lógicas de interpretação próprias dos nativos diante do colonizador, dos processos de colonização e das ações do Estado sobre suas populações, e das disputas,

muitas vezes, pelo mesmo território, motivadas pelo crescimento contínuo de mudanças promovidas pelo estabelecimento cada vez mais próximo de sujeitos pertencentes à sociedade nacional. Na temporalidade investigada, propôs-se analisar, em linhas gerais, a espacialidade, as mobilidades e as estratégias empregadas pelos indígenas Kaingang do Toldo do Fachinal, levando-se em consideração a constituição de seus espaços de ocupação e sua reprodução cultural nas duas primeiras décadas do século XX.

Como visto, para além de ser um processo que foi imposto pelo Governo Federal nacionalmente, os desdobramentos em torno das demarcações não eram acolhidos com passividade pelas populações indígenas. Desse modo, os chefes indígenas devem ser compreendidos para além da superfície das narrativas elaboradas pelo outro e para além de apenas uma disputa de poder entre duas lideranças cacicais, como viam os inspetores da DTC e os missionários capuchinhos. Ou seja, o *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble e o *Pa'í* Fortunato José Gonçalves manejaram interesses e souberam adaptar-se às demandas de conjuntos de indivíduos não-indígenas que poderiam ser aliados frente à definição de um espaço reconhecido como sendo de ocupação indígena. Nessa perspectiva, são justamente os líderes Kaingang que se mobilizam de modo a promoverem a organização de seus respectivos grupos frente à adversidade representada pelo movimento de avanço colonizador sobre seus territórios.

No Toldo do Fachinal, as alianças firmadas no período do processo demarcatório revelam a agência indígena de duas lideranças principais, o *Pa'í mbâng* Faustino Ferreira Doble e o *Pa'í* Fortunato José Gonçalves, que foram protagonistas e visaram interesses específicos de seus grupos diante de outros sujeitos integrantes da sociedade nacional. Nesse sentido, buscou-se, nos relatos elaborados por um *outro*, questionar o protagonismo indígena no processo ao mesmo tempo em que se mostrou que as lideranças se valeram de suas concepções próprias de negociação, de trocas e da construção de alianças, reelaborando outras, utilizadas por seus antepassados, a fim de selarem acordos com autoridades locais/regionais que poderiam viabilizar o reconhecimento e a demarcação de parte de seu espaço de ocupação. Centralizar o protagonismo indígena concorre em reconhecer essas alianças e outras estratégias empreendidas por lideranças Kaingang – e não apenas como elementos passivos nas estratégias de *outros* –, mas compreendendo-as como agentes desses processos de apropriação de um contexto externo, ao qual reagem, partindo de suas concepções e interpretações acerca da situação e do *outro*.

Referências

A FEDERAÇÃO. **Lagoa Vermelha**. Porto Alegre, n. 51, 2 mar. 1910, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ARESI, Cláudia. O território como suporte identitário para a cultura Kaingang. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 264-279, fev. 2008.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Nova história de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: EST Edições, 1981.

BRANCO, Pércio de Moraes Branco. **A região de Lagoa Vermelha – aspectos históricos**. Porto Alegre: EST, 2002.

BRANDALISE, Guilherme Maffei. “Eles se vangloriam de ser índios, e com esse nome querem ser chamados”: indígenas, capuchinhos e as colônias italianas no nordeste do Rio Grande do Sul (1895-1918). Porto Alegre, 2019. 75 f. Monografia. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BRASIL. **Decreto n. 1606, de 29 de dezembro de 1906**. Cria uma secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Estado da Agricultura, Indústria e Comércio.

CARTA de Adolpho Paim de Andrade, intendente municipal de Lagoa Vermelha, e José Dario de Vasconcellos endereçada ao presidente do estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Lagoa Vermelha, 19 de maio de 1913. Acervo Borges de Medeiros. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

CHAVES, Padre Teodoro de Alfredo. **Cinquenta anos de atividade apostólica dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul – 1896-1946**. Caxias do Sul: Imprimatur, 1946.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1976, p. 54-55.

FELIPPE, Guilherme Galhegos; SANTOS, Maria Cristina dos. Apropriações possíveis de um protagonismo outro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 76, p. 115-136, 2017.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS, terra & poder: história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. Laroque, 2015

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Entre trilhos ferroviários, companhias colonizadoras e governantes: atuações indígenas caingangue em territórios do rio Uruguai. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. (Orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015, p. 114-132.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Antropologia**, n. 64, Pesquisas/ Instituto Anchieta, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Antropologia**, Pesquisas/Instituto Anchieta, n. 56, 2000.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de História indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas, Unicamp, 2001.

OFÍCIO enviado por Serafim Terra, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo, a Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. Passo Fundo, 15 ago. 1910. AHRs. Fundo da Secretaria de Obras Públicas.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Auguste Comte e os fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO do Frei Bruno de Gillonnay ao Presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves sobre as condições dos indígenas em Lagoa Vermelha, 16 jun. 1909. In: D'APREMONT, Be GILLONAY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1976, p. 54-55.

RIO GRANDE DO SUL. Diretoria de Terras e Colonização. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Candido José de Godoy**. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1910.

RODRIGUES, Cíntia Régia. **As populações nativas sob a luz da modernidade**: a Proteção Fraternal no Rio Grande do Sul (1908-1928). São Leopoldo: Unisinos. 2007. Tese (Doutorado).

RODRIGUES, Cíntia Régia. Populações nativas: capuchinhos franceses e o governo estadual – práticas e articulações no início do século XX no RS. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano VI, n. 16, mai. 2013. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index. Acesso em: 25 jan. 2018.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **Caboclos, indígenas e colonos**: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2019. Dissertação (Mestrado em História).

SCHWINGEL, Lúcio Roberto. **Chefia Kaingang num processo de relações interétnicas e de globalização**: uma abordagem a partir da comunidade de Nonoai (norte do Estado do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2005.

STANGHERLIN, Neli Maria Luchese. **Cacique Doble**: caminhada histórica. Sananduva: Tipografia Sananduva. 1989.

VANIN, Alex Antônio. **Os Kaingang de Cacique Doble e a política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios**: trabalho, educação e integração (1941-1967). 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2020.

VANIN, Alex Antônio; TEDESCO, João Carlos. **Entre a espada, a cruz e a enxada**: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: All Print Varella, 2018.

Recebido em 29 de maio de 2021 | Aceito em 25 de agosto de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional